

Cooperativas de reciclagem devam ser incluídas em contrato de limpeza pública de Ilhéus, orienta MP

Aberto com o objetivo de contratar a empresa que irá executar os serviços de limpeza urbana no município de Ilhéus, o edital de concorrência pública 001/2013 deverá admitir a possibilidade de inclusão das cooperativas e outras formas associativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis na execução do contrato. A recomendação, dirigida ao prefeito, aos secretários de Desenvolvimento Urbano e de Administração e à presidente da Comissão Permanente de Licitação de Ilhéus, foi expedida pelo Ministério Público estadual, por meio do 11º promotor de Justiça de Ilhéus, Paulo Eduardo Sampaio Figueiredo. A recomendação propõe ainda que os gestores adotem medidas efetivas para que o Município não arque com quaisquer gastos decorrentes do serviço público de saneamento que, por lei, estão sob a responsabilidade dos geradores dos resíduos. Caso isso venha a acontecer, Paulo Figueiredo recomenda que os cofres públicos sejam ressarcidos desses gastos.

No documento, o promotor cita a Política Nacional de Resíduos Sólidos que reconhece os resíduos reutilizáveis e recicláveis como bens econômicos e sociais, geradores de trabalho e renda e capazes de promover a cidadania, e ressalta a importância da integração dos catadores, por meio das cooperativas ou outras formas de associação, “geralmente formadas por pessoas de baixa renda”. Paulo Figueiredo levou em consideração ainda que o município já dispõe de “pelo menos uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis legalmente instituída e em funcionamento, que há mais de um ano já desenvolve ações ambientais em Ilhéus”.

Outro objetivo da recomendação é assegurar, quando da execução do contrato, a necessária distinção de responsabilidade sobre a origem dos resíduos sólidos e suas consequências econômicas e jurídicas. A importância dessa garantia reside, conforme o promotor de Justiça, no fato de que, embora o objeto da licitação seja a coleta de resíduos sólidos urbanos e comerciais, o edital não especifique expressamente a responsabilidade no que toca aos resíduos de origem comercial. [Leia mais...](#)

STJ mantém condenação com base no antigo Código Florestal

As regras do antigo Código Florestal ainda são válidas no julgamento de casos de responsabilidade civil ambiental ocorridos antes da entrada em vigor da nova lei que o substituiu. Esse foi o entendimento unânime da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que rejeitou os argumentos da defesa em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul (MPE-MS) contra um loteamento construído na margem do Rio Ivinhema.

O recurso impetrado pelo MPE-MS tem por objetivo restabelecer a sentença de primeiro grau, que determinou a demolição de edificações em uma área de preservação permanente (APP) nas margens do rio, além da recuperação integral na área. O acórdão do STJ trata de apenas um rancho, mas ao todo são quase 60 recursos especiais idênticos e referentes aos demais lotes e ranchos. [Leia mais...](#)

NBTS

Combate à pesca com explosivos será intensificada na Baía de Todos os Santos

O combate à pesca com explosivos e a fiscalização da Baía de Todos os Santos será intensificada com o uso de equipamentos como motos aquáticas, bote inflável e reboques cedidos na tarde de hoje, dia 23, à Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (Coppa), da Polícia Militar baiana, pela Fundação José Silveira (FJS), com a interveniência do Ministério Público estadual e apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O termo de comodato para cessão dos equipamentos foi assinado pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, pelo presidente da FJS, Geraldo Leite, e pelo diretor de Comunicação da PM-BA, coronel Gilson Santiago Messias, em solenidade realizada no auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público.

“Durante dois anos, verificamos que a pesca com explosivos tem sido o principal fator de redução da biodiversidade na Baía de Todos os Santos e que era necessário equipar o pelotão ambiental de repressão à pesca explosiva”, explicou a promotora de Justiça Cristina Seixas Graça, que coordena o Núcleo de Defesa da Baía de Todos os Santos (NBTS) do MP. Ela acredita que o combate à atividade criminosa será mais efetivo com o uso dos equipamentos aliado à implantação de ações de inteligência e ações ostensivas em toda a baía durante 15 dias por mês no período de dois anos, ampliação do número de vistorias das unidades de produção pesqueiras e aumento da qualidade dos documentos, relatórios e processos referentes a infrações ambientais. [Leia mais...](#)

Justiça paralisa atividades e suspende licença ambiental de mineradora em Maragogipe

Ao atender pedido formulado em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA), a 2ª Vara da Justiça Federal em Feira de Santana/BA determinou, em 24 de julho último, a paralisação das atividades da empresa Hereimac na área de proteção ambiental da Baixada do Iguape, localizada no município de Maragogipe, a 130km de Salvador. A antecipação dos efeitos de tutela garantida pelo MPF suspende a licença ambiental da empresa, que trabalhava com a extração de rochas gnáisses e britagem.

Segundo a ação movida pelo MPF, a empresa obteve em outubro de 2012 uma licença concedida pelo Inema para extrair os minérios para uso na construção civil pelo período de três meses, sem que houvesse estudo prévio e relatório de impacto ambiental. Além disto, a área de exploração está instalada em zona de amortecimento da Reserva de Iguape, unidade de conservação onde ações humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas. [Leia mais...](#)

Defeso do camarão começa dia 15 de setembro na Bahia

Começa na próxima semana o período do defeso de três espécies de camarão na Bahia: rosa, sete barbas e branco. O período do defeso dessas espécies inicia-se no próximo dia 15 (quinta-feira) e prossegue até o dia 31 de outubro. [Leia mais...](#)

NUDEPHAC

Evento reúne MP de todo o País para combater atentados ao Patrimônio Cultural

Ouro Preto, Mariana, Sabará, Museu de Ihotim. Quando se pensa em patrimônio cultural no Brasil a ligação é imediata: Minas Gerais é exemplo de preservação da história e cultura do povo brasileiro. E é nesse cenário que acontece amanhã (22) o evento Memórias em Rede, que reúne membros do Ministério Público de Meio Ambiente de todo País, historiadores, antropólogos e juristas para debater e trocar experiências sobre a atuação do MP na defesa dessa herança.

Belo Horizonte sedia o encontro que vai contar com presenças de peso de autoridades no assunto como Dr. Jarbas Soares Júnior, Dr. Joaquim Cabral Netto, Dr. Marcos Paulo de Sousa Miranda (um expoente na defesa do patrimônio cultural), Ângelo Oswaldo, Rui Mourão, Marivaldo Dantas e Cristina Pedrosa, coordenadora da Diretoria de Informação e Conhecimento que em conjunto com outras equipes da Instituição, atuou na criação do Memorial do Ministério Público. [Leia mais...](#)

MP pede paralisação das obras do Cloc Marina Residence no Dois de Julho

As obras do multirresidencial de luxo Cloc Marina Residence, na Rua Democrata, no bairro Dois de Julho, devem ser suspensas, a comercialização e ocupação das suas 128 unidades habitacionais proibidas, e as construções localizadas em Área de Preservação Permanente (APP) eliminadas por meio de uma readequação do projeto arquitetônico. É o que pleiteia o Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo Hortênsia Pinho, em ação civil pública formulada juntamente com o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), cujo processo se encontra, desde 1º de agosto, concluso para decisão na 10ª Vara Federal do Tribunal Regional da 1ª Região.

A promotora de Justiça acusa a GJ Construtora e Incorporadora Ltda. (Garcez Engenharia) e a Nova Dimensão Gestão e Desenvolvimento Imobiliário Ltda. de causarem “danos urbanos e ambientais” e de infringirem as legislações municipal, estadual e federal com a construção do multirresidencial (com seis edifícios e um casarão) em área de encosta, inclusive sem licença ambiental, e em região de importância cultural e paisagística do Centro Antigo de Salvador. Hortênsia Pinho pede ainda que a Justiça obrigue as empreiteiras a reparar os danos irrestauráveis causados por meio de medidas compensatórias, e a anular os contratos de compra e venda de unidades habitacionais eventualmente já efetuados com consequente devolução, corrigida e atualizada, de todas as prestações efetivamente pagas pelos consumidores. [Leia mais...](#)

Morro do Chapéu dá exemplo de proteção dos bens culturais

O município de Morro do Chapéu, localizado há 384 km de Salvador, aprovou por unanimidade a Lei nº006/2013, que visa preservar os bens culturais – materiais e imateriais – da região. A nova legislação criou um Conselho de Patrimônio e possibilitou o Tombamento dos bens edificados remanescentes. [Leia mais...](#)

NUMA

Encontro em Teixeira de Freitas tem lançamento do programa de restauração da Mata Atlântica

O primeiro dia do “Encontro Interinstitucional de Restauração, Conservação e Economia Florestal”, que aconteceu hoje, 28, e segue até amanhã, 29, na Câmara de Vereadores da cidade de Teixeira de Freitas, foi marcado pelo lançamento da pedra fundamental do programa “Arboretum”, que almeja a conservação, restauração e valorização da diversidade florestal da Mata Atlântica na região da Costa das Baleias. “O programa deve viabilizar a adequação ambiental de atuais 846 propriedades rurais que envolvem uma área de aproximadamente 360 mil hectares”, informou o coordenador regional do Núcleo Mata Atlântica (Numa) do Ministério Público estadual, promotor de Justiça Fábio Corrêa, organizador do evento.

O encontro contou com palestras de especialistas da área ambiental, representando órgãos das esferas estadual e federal, e instituições públicas e privadas de pesquisa. [Leia mais...](#)

Programa “Água é Vida” é lançado na cidade de Mutuípe

A cidade de Mutuípe, a 245 km de Salvador, é o mais novo município a contar com o programa “Água é Vida”, do Ministério Público estadual. O lançamento oficial foi realizado no último dia 8, em palestra apresentada pela promotora de Justiça da comarca, Juliana Lopes Ferreira. Na ocasião, foram esclarecidos detalhes da estrutura do projeto, das fases e das metas pretendidas com as ações que serão desenvolvidas.

Vereadores, advogados, professores, estudantes e membros de movimentos de defesa do meio ambiente de Mutuípe e Vale do Jiquiriçá acompanharam a palestra, que também mostrou dados do monitoramento de água no município e indicou o que deve ser feito para garantir o serviço de fornecimento de água contínuo e com qualidade. Segundo a promotora Juliana Ferreira, “a Promotoria de Mutuípe aderiu ao programa por entender a necessidade da população local”. [Leia mais...](#)

MP quer anular licenças ambientais concedidas ilegalmente ao Shopping Paralela

O Ministério Público estadual pede em ação civil pública que a Justiça declare nulas as licenças ambientais concedidas, de forma ilegal, pela extinta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Sedham) para a construção de duas pontes sobre o rio Trobogy como contrapartida aos impactos viários decorrentes da instalação do Shopping Paralela na Avenida Luís Viana Filho. A promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo Hortênsia Pinho, autora da ação, solicita ainda determinação judicial para retirada de um tanque de refrigeração de água localizado ao lado do empreendimento, por ele causar danos ambientais visuais à paisagem urbana, e para que seja impedida a ampliação do estabelecimento já autorizada pelo poder municipal.

Na ação ajuizada no último dia 27, a promotora argumenta que, por se tratar de construção em Área de Preservação Permanente (APP), devem ser impedidos, por meio de decisão liminar, os efeitos das licenças ambientais e a ampliação do Shopping. [Leia mais...](#)

NURP

Prefeitos de Ipirá e Pintadas assumem compromisso contra “lixão”

As Prefeituras de Ipirá e Pintadas, cidades do centro norte baiano, têm 18 meses para implantar aterros sanitários ambientalmente adequados e para apresentar ao Ministério Público estadual o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. O compromisso foi assumido hoje, dia 21, pelos respectivos prefeitos Ademildo Almeida e Edenivaldo Ferreira Mendes, em acordos firmados com a promotora de Justiça Rosana Moreira, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá.

Em cada um dos dois Termos de Compromisso, a promotora propôs 27 cláusulas que deverão ser atendidas pelos prefeitos dentro dos prazos estipulados, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil em caso de descumprimento. O acordo prevê que o Plano de Gerenciamento deverá ser publicado no Diário Oficial e terá que atender o mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei 12.305/2010. Os prefeitos também se comprometeram a incentivar, organizar e estruturar as cooperativas de catadores de lixo para viabilizar o processo de reciclagem, com a geração de renda aos trabalhadores.

Já dentro de 30 dias, as Prefeituras devem dar início a campanhas de educação ambiental junto à população quanto a temas como coleta, transporte, disposição, geração e reciclagem do lixo. Até o segundo semestre do próximo ano, os municípios já deverão contar com Plano de Recuperação de Área Degradada (Prad) para subsidiar a desativação dos lixões, que apenas deverá ser executado após avaliação e aprovação técnica do MP. Todos os prazos contam a partir de hoje.

A proposição e assinatura dos Termos vieram após a instauração de inquérito civil que apurou poluição do solo, da água e do ar, causada pela destinação inadequada dos resíduos sólidos nos famosos “lixões”, onde há “proliferação de maus odores, urubus, moscas e outros prováveis vetores de doença”. [Leia mais...](#)

NUSF

Impacto dos agrotóxicos será debatido durante reunião plenária do FBCA

Na condição de coordenadora em exercício do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FBCA), a promotora de Justiça Luciana Khoury vai realizar amanhã, dia 03, a quarta reunião plenária ordinária da entidade das 14h às 17h, no auditório do Pavilhão de Aulas Glauber Rocha, antigo PAF 3, situado na Av. Ademar de Barros, s/n, bairro de Ondina. Após a abertura, será proferida uma palestra pela pesquisadora Juliana Hipólito de Souza, do Laboratório de Biologia e Ecologia de Abelhas (Labea), do Departamento de Zoologia do Instituto de Biologia da UFBA, seguindo-se debate.

Segundo Luciana Khoury, que coordena o Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco no Ministério Público estadual, a plenária objetiva aproximar o Fórum e a discussão sobre os impactos dos agrotóxicos na academia. [Leia mais...](#)

Resultados de 31ª FPI realizada no oeste baiano são apresentados

Apreensão de dois aviões, dois caminhões com 49,32 m³ de madeira nativa serrada, dois caminhões com carga de açúcar sem documentação fiscal, 4.650 litros de agrotóxicos vencidos, 28 mil unidades de medicamento sem nota fiscal, 80 Kg de carne clandestina, cinco armas de fogo, 203 munições e 14 galos de briga em uma rinha. Estes são alguns dos resultados da 31ª Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) realizada de 18 a 30 de agosto nos municípios de Angical, Barreiras, Baianópolis, Catolândia, Cotegipe, Crisópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita, São Desidério e Wanderley.

Durante a FPI, foi realizado um diagnóstico da situação dos agrotóxicos no oeste baiano, região onde o uso destes produtos é intensivo, demandando monitoramentos sobre os possíveis prejuízos causados ao meio ambiente e à saúde do trabalhador e da população. Desta vez, a operação contou com a participação de representantes dos Fóruns de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos da Bahia, além da pesquisadora em toxicologia da Fiocruz, Karen Friedrich, e da técnica da Vigilância Sanitária Municipal, Jane Azevedo, ambas do estado do Rio de Janeiro, dentre outros. [Leia mais...](#)

Operação conjunta em Miguel Calmon evita comércio ilegal de 63 aves silvestres

Onze pessoas foram detidas em flagrante e conduzidas à delegacia, hoje, dia 5, no município de Miguel Calmon, dentro da Operação “Sete Passagens”, que resultou na apreensão de 63 pássaros silvestres criados em cativeiro para comercialização, sete armas de fogo, cinco automóveis, 22 anilhas, dois computadores, além de munição, pólvora, gaiolas e alçapões. As detenções e o cumprimento de onze mandados de busca e apreensão e nove de arresto e sequestro de bens fazem parte de um trabalho conjunto realizado pelo Ministério Público estadual, polícias Militar, Civil e Rodoviária, e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A operação envolveu quase 70 agentes públicos no combate à caça e ao tráfico de animais silvestres, e à venda irregular de armas de fogo e insumos afins no entorno do Parque Estadual Sete Passagens. Dos detidos, dez pagaram fiança e foram liberados e um continua preso. [Leia mais...](#)